

Os grandes envergonhados

Se os 137 milhões de cidadãos brasileiros, tomados em perplexidade, ante as distorções imensas de nossa economia, estavam que nem cego em tiroteio, sem saber para onde correr e nem ter onde se esconder, agora, com o fechamento das contas de 1986 e as respectivas projeções para 1987, da dívida pública, podem estar certos de uma coisa: o tiroteio vai piorar. E haja trincheira para defender a todos. Vem chumbo grosso por aí.

A dívida líquida do setor público chegou à fantástica cifra de Cz\$ 1,97 trilhão, cabendo a cada brasileiro, no final de 86, a parcela de Cz\$ 14.452,00 para resgatar esse rombo astronômico em nossa estrutura financeira com comprometimento da União, dos estados, dos municípios e do contrapeso das empresas estatais. A administração federal direta e o Banco Central respondem por Cz\$ 806,05 bilhões. Os estados e os municípios estão pendurados em Cz\$ 239,96 bilhões. As empresas públicas e as autarquias são devedoras de Cz\$ 924,67 bilhões.

O déficit público, em valores nominais, medido pelas necessidades de financiamento, alcançou níveis, sem precedentes, chegando a Cz\$ 345,97 bilhões, o que representa 9,9 por cento do PIB.

Estamos balizando a rodovia do inferno inflacionário e em sua direção a sociedade vai sendo conduzida por força de des-caminhos políticos, onde o empreguismo irresponsável, os gastos inconseqüentes e uma total falta de planejamento fixaram as diretrizes dessa rota para o desconhecido. O processo é cumulativo, concentrando nesse passivo encargos quase que insuportáveis que a Nação deverá assumir, enfrentando todos os riscos que seu resgate irá exigir.

Aí estão os retratos vivos da realidade brasileira, desenhando um painel onde se misturam queixumes, vexames, acusações de governantes e de governados marcando esse instante de nossa história moderna pela

EXPEDICTO QUINTAS



inquietação, pela angústia e por uma profunda e acelerada desconfiança do povo nas lideranças que respondem pelo poder público, em todos os seus níveis.

É certo que ninguém acumula uma dívida de Cz\$ 1,97 trilhão de uma hora para outra. Dando como bom e válido o boom do petróleo que acarretou violenta transferência de poupança mundial em favor dos países integrantes da Opep, com avanços significativos nas tarifas petrolíferas ocorridos na década de 70, o que esvaziou a economia internacional.

O Brasil a esse tempo, como país cativo do fornecimento externo para suas necessidades energéticas, mergulhou num mar de gastos de divisas num período extremamente adverso das trocas mundiais, contidas para enfrentar o petrodólar que surgiu como supermoeda nas praças dos cinco continentes, a partir de sua força de ocupação

da economia mundial. Todas as nações — ricas e pobres — dependiam dos 17 milhões de barris consumidos diariamente e cujos preços passaram de dois dólares para mais de US\$ 30,00 o barril, numa escalada inesperada e que obrigou o comércio internacional a reajustar-se significativamente. Os mais ricos cedo se acomodaram, fazendo as devidas transferências do prejuízo para as economias do Terceiro Mundo, acumulando até aqui uma dívida impagável superior a US\$ 800 milhões.

A crise brasileira ficou adulta aos dezessete anos que agora serão completados. A primeira capotagem ocorreu em 1982, quando chegamos ao fundo do poço e fomos obrigados a nos internar na UTI do Fundo Monetário Internacional, buscando um socorro urgente cujo tratamento quase levou a Nação à ruína social, graças aos remédios receitados com base numa alopatia de recessão, de desem-

prego e de regressão em termos de desenvolvimento.

Nos últimos cinco anos o Brasil experimentou novas opções políticas. O sistema partidário trocou de sinal. A Arena, até então imbatível, cedeu lugar ao PMDB, temperado pelas lutas oposicionistas nas forjas da Revolução de 1964. E veio a Nova República com todas as promessas de renovação e de novos tempos. E veio também o "Plano Cruzado", em cuja euforia o PMDB faturou eleitoralmente todos os Estados brasileiros, menos um, e pôde, afinal, ocupar os espaços políticos de liderança e de titulação do poder, com responsabilidades multiplicadas pelos acenos progressistas feitos ao eleitorado.

E o que vemos, agora, nos primeiros dias dessas presenças nascidas, muitas delas por exclusiva responsabilidade da euforia do "cruzado" é uma catarse administrativa, cujo resultado final mantém uma elevada taxa de incertezas, desde que os remédios para reverter a crise inexistem e a União está também endividada e empobrecida.

Voltamos à moratória que foi proposta em 1982 e adiada através de sete cartas enviadas ao FMI, ratificando sucessivamente os erros de avaliação que até hoje ainda não foram corrigidos.

Queixam-se todos transformando Brasília e suas belas prumadas num imenso muro de lamentações, sem qualquer alternativa válida para expiar pecados e ganhar a absolvição para ter paz no trabalho de reconstrução.

A moratória perdeu o sentido restrito de uma proposta para alterar os padrões de negociação da dívida externa para se constituir em generalizada postura nacional. E enganosamente todos se voltam para os artificiosos benefícios que ela possa proporcionar, esquecidos do reverso das suas sanções nos planos éticos e políticos, onde a deterioração de valores negociáveis e intangíveis da vida pública empobrece, avilta e envergonha a Nação e os cidadãos que a sustentam.